

**“HOJE TEMOS MAIS CONDIÇÕES PARA IMPOR OS NOSSOS DIREITOS!”  
A MOBILIZAÇÃO OPERÁRIA ANTICAPITALISTA NA REVOLUÇÃO DE  
1974-75**

Miguel Angel Pérez Suárez<sup>1</sup>

**Resumo:** Na sequência do golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, mas com a marca do período precedente, verifica-se uma vaga grevista sem precedentes que coloca em causa a autoridade patronal nas empresas. O aprofundamento da crise revolucionária e a radicalização dos conflitos laborais nos meses seguintes colocam as estruturas surgidas no calor desses combates perante a necessidade de desempenhar um papel de direção das lutas nas empresas. Para além disso, vários projectos políticos consideram-nas formas precárias de um novo poder em potência, fazendo delas o seu campo de batalha. Com os acontecimentos de 25-11-1975, porém, esses órgãos de empresa tenderão a converter-se em estruturas de representação dos trabalhadores equivalentes às existentes na Europa Ocidental.

**Palavras-chave:** Revolução, classe trabalhadora, socialismo, conflito social, indústria, sindicatos.

**Abstract:** After the 25th April 1974, but prolonging trends from the previous years, a wide and unprecedented strike wave occurs, questioning the owner's power inside workplaces. The deepening of the revolutionary crisis and the radicalization of the industrial movement lead the Worker's Committees to take on the role of direction of the struggles inside companies. At the same time, many political projects interpret this Committees as a new potential power, turning them into a political battle-ground. With the 25<sup>th</sup> November 1975 coup, these organizations will tend to be a common European representation of wage-earners on the enterprises.

**Key-words:** Revolution, working class, socialism, social conflict, industry, unions.

## Introdução

Para uma abordagem do papel histórico do movimento operário no processo revolucionário português de 1974/75, parece-nos inevitável referir uma série de fenómenos relevantes que enquadram o nosso objeto de estudo.

Em primeiro lugar, assinalamos as profundas mudanças estruturais que a sociedade e a economia atravessam no decorrer dos 15 anos prévios ao 25 de Abril de

---

<sup>1</sup> Miguel Angel Pérez Suárez é Investigador Integrado do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (UNL).

1974. Portugal transforma-se então num país muito mais industrializado e urbanizado do que fora antes. Entre 1950 e 1970, a população ativa empregada na indústria transformadora aumenta em 250 mil (33%) enquanto o total da população diminui em termos absolutos (150 mil), devido à massiva emigração para países da Europa Ocidental. O país assiste a um enorme surto industrial marcado pelo lançamento de grandes indústrias de base (siderurgia, metalo-mecânica pesada) e por importantes investimentos estrangeiros, por via da instalação de grandes multinacionais em setores como o dos componentes eletrónicos. Enquanto se verifica uma grande sangria migratória para a Europa, a população e o desenvolvimento concentram-se nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, que crescem em termos absolutos e relativos. À volta das duas grandes cidades do país nascem ou multiplicam-se cidades e vilas no calor do auge produtivo. Em paralelo à industrialização, verifica-se um processo de terciarização da economia e o aparecimento de novas camadas sociais médias que encontram o seu lar nas novas metrópoles. O forte crescimento económico e as transformações sociais estão no fulcro dos acontecimentos subsequentes.

Em segundo lugar prestamos atenção ao conflito bélico iniciado em 1961 nas colónias africanas. Com frequência as lutas de libertação nacional nas chamadas “províncias ultramarinas” ocupam um lugar secundário nas análises sobre o fim da ditadura em Portugal. Na nossa opinião, porém, têm um papel muitíssimo relevante. É conhecido como o quadro de “impasse” militar (poderia dizer-se “colapso virtual”) levou à rápida politização dos capitães do MFA e ao golpe de 25 de Abril, mas deveríamos refletir sobre o conjunto de consequências de um esforço bélico global, sem fim à vista e para além das reais capacidades nacionais, numa tensão brutal que explica a radicalidade a que se assistiu nos meses quentes de 1974-75. Assinalamos contudo, tendo em mente certas imagens idílicas da revolução de 25 de Abril, o carácter brutal da guerra em África, cujo início terá tido como elemento fundamental a repressão sobre o movimento grevista da baixa do Cassanje, em Angola. No mesmo sentido, e numa linha de análise ainda por explorar, questionamo-nos sobre os efeitos políticos e sociais de um tal esforço sobre uma sociedade tradicionalmente atávica como a portuguesa.

O movimento operário e sindical português sofre em 1933 a corporativização decretada com a promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional, que marca o fim do sindicalismo livre e da influência anarco-sindicalista sobre a classe. O fracasso da greve geral revolucionária de Janeiro de 1934 é uma marca temporal evidente quando, no

tempo da II Guerra Mundial, se assiste a uma nova vaga de greves, coordenadas e dirigidas pelo Partido Comunista recém reorganizado. A hegemonia do PCP sobre o movimento é indiscutível a partir dessa altura e até os nossos dias, construindo-se numa análise política muito influenciada por premissas inspiradas na tradição estaliniana-frentepopulista do VII Congresso da Komintern, que o partido assume e desenvolve. Desde a década de 40 que o PCP traça uma estratégia entrista na estrutura dos Sindicatos Nacionais do regime (sindicatos de ofício e de base distrital). Os resultados são na altura significativos mas imediatamente esmagados pela repressão. Será com essa estratégia, contudo, que o PCP e outros setores da oposição conquistarão posições-chave nos sindicatos, no virar da década de 60.

Com efeito, a iniciativa das reuniões intersindicais desde Outubro de 1970 (origem da futura Intersindical- CGTP) responde a uma realidade em que diversos sindicatos são conquistados por listas oposicionistas e em que se verifica uma atitude nova por parte das autoridades à ação reivindicativa dos trabalhadores. A publicação em 1969 dos Decretos-Lei 49058 e 49212, relativos à homologação das direções sindicais e obrigatoriedade da contratação coletiva, favorecem efetivamente uma ação sindical mais aberta e representativa e inserem-se numa nova política em relação aos conflitos laborais, que se afasta das opções de repressão mais clássicas da ditadura, num quadro geral em que o regime, com Marcello Caetano no lugar de António de Oliveira Salazar, tenta mostrar uma imagem mais moderna e tolerante, sem colocar em questão os princípios do Estado Novo (Patriarca, 2004). Entre eles, o da pluricontinentalidade da nação portuguesa e o esforço de guerra em África, que irão marcar os limites da renovação possível do regime.

Assim, à tolerância relativa para com a contestação sindical segue-se uma crescente repressão nos primeiros anos da década de 70, com suspensões de direções sindicais oposicionistas e prisões de alguns líderes, como nos Bancários, Metalúrgicos e Escritórios de Lisboa. O clima de crise política (com a guerra sem fim à vista em África) e económica (com os primeiros efeitos do choque petrolífero) ajudam a explicar o alastramento da conflitualidade nas empresas. Se em 1969 houve uma agitação grevista de dimensões assinaláveis, com os efeitos já referidos a nível legal, nos meses prévios ao 25 de Abril de 1974 verifica-se uma grande vaga de greves que afecta um enorme número de empresas: na região de Lisboa o Metro, a Cometna, a Sorefame, a Mague e a Timex (entre outras empresas do setor da eletrónica) vivem movimentos

reivindicativos e paralisações que nalguns casos terão continuidade depois do golpe dos capitães. É uma contestação de novo tipo, que atinge camadas sociais médias (trabalhadores da saúde, arquitetos, professores), que está influenciada pelo clima de fim-de-regime, com a contestação estudantil e a guerra como pano de fundo, e que encontra novos referentes políticos numa extensa gama de grupos de extrema-esquerda que rejeitam a política de alianças tradicionalmente propugnada pelo PCP. As mobilizações laborais destes meses finais da ditadura são marcadas pelos acontecimentos da TAP (Transportes Aéreos Portugueses), onde um prolongado processo de negociação do contrato coletivo de trabalho culmina, em Julho de 1973, num plenário no centro histórico de Lisboa (Voz do Operário) duramente reprimido pelas forças policiais, com duríssimos confrontos que se prolongam no dia seguinte nas instalações do aeroporto. Ali, no seu meio quotidiano e com armamento rudimentar, os trabalhadores são capazes de fazer recuar a polícia de choque, que chega a usar fogo real. Na TAP os trabalhadores souberam criar uma dinâmica democrática e combativa, que terá continuidade nos acontecimentos posteriores ao 25 de Abril.

### **1. O 25 de Abril e as greves de Maio e Junho.**

O golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 recolhe uma adesão popular unânime logo que são anunciados os seus objetivos de pôr fim à guerra e construir um sistema democrático. As manifestações populares de apoio aos capitães culminam na jornada do 1º de Maio, declarado feriado nacional pelas novas autoridades, quando centenas de milhares de cidadãos saem às ruas de Norte a Sul do país em apoio à nova situação. Na manifestação de Lisboa discursam líderes da oposição, como Álvaro Cunhal e Mário Soares, bem como dirigentes sindicais, que traçam uma série de reivindicações que se vão expandir nas semanas seguintes. Assim, e enquanto nos discursos dos líderes partidários predomina a ideia de unidade das forças democráticas e de moderação, os quatro oradores sindicais apontam objetivos como o desenvolvimento das políticas sociais (saúde, previdência), a melhoria de salários e condições laborais, o ataque às estruturas do regime deposto e o saneamento de elementos a ele ligados nas empresas, alguns deles referindo explicitamente o objetivo de uma sociedade socialista. Nos dias seguintes, uma enorme vaga de greves e processos reivindicativos percorre o país e transforma a sociedade portuguesa. Significativamente, a 2 de Maio temos notícia da

greve e retenção dos administradores dos TLP (telefones) em Lisboa, assim como das primeiras ocupações de casas no bairro da Boavista em Lisboa, nos primeiros passos do grande movimento de moradores urbanos que virá a desenvolver-se durante a revolução.

A primeiras paralisações acontecem nas grandes indústrias na margem Sul do Tejo, na periferia da capital, em empresas como a Siderurgia Nacional, a Lisnave (construção naval) e a CUF (química). Têm também início movimentos reivindicativos nas grandes empresas de serviços do Estado, como os correios, o caminho-de-ferro, os transportes aéreos, os telefones, sem recurso imediato à greve. Nas semanas seguintes as mobilizações generalizam-se em toda a região metropolitana da capital, num movimento que atinge por ondas todos os setores, sem chegar a ser uma greve geral simultânea. As greves chegam rapidamente ao Porto, que conhece nesse mês uma greve da indústria têxtil e mobilizações nos transportes coletivos e nas obras do grande empreendimento petroquímico de Matosinhos, até alcançar a generalidade dos núcleos industriais. As comunidades piscatórias vivem grandes paralisações nos meses de Verão e, no Outono de 1974, é paralisada por uma greve geral a indústria conserveira do Algarve, com a sua longa história de lutas. Cronologicamente, e segundo os dados disponíveis, o movimento começa na primeira semana de Maio e atinge um pico no final desse mês, prolongando-se durante o mês de Junho nalguns conflitos de grande significado (Neves, 1978; Santos *et al.*, 1976; Durán Muñoz, 2000). Incluímos em anexo alguns desses levantamentos, referindo desde já algumas limitações em qualquer tentativa de quantificar o movimento. Não se encontram disponíveis estatísticas oficiais e apenas dispomos de contagens de greves feitas em diferentes contextos, a partir da imprensa diária lisboeta, que iremos referindo neste trabalho. Representam apenas uma ideia aproximativa e possível das dimensões do objeto de estudo, que não nos informa acerca da duração dos conflitos nem do número dos seus participantes e que pensamos sofrer de um problema difícil de aferir, que é o facto de as greves se terem tornado “não-notícia”, num contexto de grande agitação social e crise política permanente durante os meses do processo revolucionário.

Sobre os conteúdos reivindicativos desta vaga de conflitos, referimos os dados do trabalho pioneiro do Gabinete de Investigações Sociais<sup>2</sup>, que estuda 158 conflitos entre 25 de Abril e 31 de Maio de 1974. Outros estudos, como o de R. Durán Muñoz (2000),

---

<sup>2</sup> Estudo publicado originalmente em 1975 na *Análise Social* e reimpresso como introdução a uma coletânea de documentos de diversas lutas (Lima Santos *et al.*, 1977).

apontam resultados semelhantes. Segundo o GIS predominam reivindicações de tipo económico e político, em concreto o salário mínimo, que aparece em 45.9% dos conflitos, o saneamento de patrões e pessoal de direção, em 43.3% e aumentos salariais, em 42%. Em relação aos aumentos salariais, os autores desse estudo salientam o caráter igualitário das reivindicações, com uma grande extensão da exigência de aumentos uniformes e de igualdade salarial para as mulheres e os menores. Exige-se o «saneamento» (afastamento de elementos vinculados ao regime deposto), reivindicação que se estende com facilidade a pessoas acusadas de incompetência, corrupção ou mau trato aos trabalhadores. O aparecimento do saneamento (que, segundo o mesmo estudo do GIS, terá atingido cerca de 1000 empresários e administradores) em segunda posição entre as reivindicações mais frequentes também é enormemente significativo. A exigência do afastamento da empresa de elementos acusados de conivência com a repressão e incompetência coloca o poder patronal em questão, anunciando outras formas de transgressão dos limites que se poderiam considerar normais num conflito laboral. Saneamento, ocupação, barragem de passagem a pessoas (proprietários, administradores) e autogestão são formas de luta comuns desde os primeiros tempos do «processo revolucionário em curso» (PREC) que agora se abre. É de assinalar o sentimento criado nestes processos de luta, uma ideia de que chegou o momento de lutar e de que a unidade é a força que abre caminho a uma vitória certa, já palpável. Como afirmam os trabalhadores da Mabor, uma fábrica de pneus de Lousada (Porto):

Hoje temos condições mais favoráveis para impor os nossos direitos, cada vez mais camaradas sabem que é pela luta que os direitos se conquistam, que é sobretudo na luta que descobrimos quem são os nossos verdadeiros e falsos amigos, cada vez entendemos melhor como nos exploram, porque o fazem e como devemos lutar contra isso [...]. Hoje sabemos que a nossa luta faz parte da luta que todos os operários travam contra todos os patrões onde quer que a exploração destes sobre quem tudo produz e pouco recebe existe. Hoje sabemos que só quando todos os explorados se unirem contra os exploradores conseguiremos vencer total e definitivamente. Até lá lutaremos cada vez mais, cada vez melhor, por uma vida digna de homens certos de que caminhamos para uma vitória que ninguém nos conseguirá arrancar das mãos. ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA - VIVA A CLASSE OPERÁRIA - VIVA A JUSTA GREVE DOS OPERÁRIOS DA MABOR - UNIDOS VENCEREMOS <sup>3</sup>.

A empresa torna-se um espaço de luta entre os trabalhadores e os capitalistas particulares, que sempre exerceram uma autoridade incontestada no interior das

<sup>3</sup> *Manifesto dos grevistas da Mabor*, 29-6-1974. Reproduzido in *Revolução*, n.º. 6, 5-7-1974

empresas. Os trabalhadores consideram-se agora no direito de discutir as decisões do empresário e de pô-las em causa, recorrendo a formas de luta radicais: a ocupação é a segunda forma de luta mais frequente (35 em 158, sempre segundo os números do GIS) e torna-se comum a aplicação unilateral na empresa da vontade dos trabalhadores em questões de horários e saneamentos. As Comissões de Trabalhadores (CT's) afirmam-se como a estrutura essencial de organização dos trabalhadores nas empresas. Surgidas no calor da luta, eleitas em processos de assembleias e apresentação de reivindicações, aparecem como a forma natural de superar uma situação sindical muito fragmentada e caracterizam-se pelo seu carácter autónomo face às instituições e partidos, numa fórmula organizativa que acompanha as tendências que se verificam no movimento operário internacional neste período. São variadíssimas as estruturas e as formas de eleição que adotam as CT's, assim como as próprias denominações que elas vão adotar. Voto secreto ou de braço no ar, em assembleia-geral ou por secção, é-nos impossível traçar um quadro global de uma realidade que escapa a programas estabelecidos previamente, sendo sim uma expressão viva de um movimento social em explosão. “Comissão de Trabalhadores” é o nome genérico desta realidade, adotando-se nomes diferentes nalguns casos (Conselho de Trabalhadores na Setenave, Comissão de Delegados na Lisnave) e sendo de assinalar que foi usada com frequência a denominação de “comissão *ad-hoc*”, por comissões de carácter provisório que pressupunham a criação ulterior de estruturas representativas mais definitivas.

Ao mesmo tempo que se desenvolve a conflituosidade e a organização nas empresas, o movimento sindical começa uma profunda reorganização sob a hegemonia incontestada do PCP (em contraste com o que acontece em muitas empresas). Dezenas de sindicatos são tomados por grupos de trabalhadores durante o mês de Maio e a Intersindical (que organiza as grandiosas manifestações de 1 de Maio) aparece legalmente. Esta agrupa rapidamente a maioria dos antigos sindicatos nacionais e começa a dotar-se de estruturas de coordenação regionais, enquanto se dão passos para a criação de sindicatos em setores onde até então não eram permitidos (função pública, professores, correios, pescadores).

## **2. O papel do PCP.**

O PCP, principal organização política no seio do movimento operário, desenvolve uma linha de atuação marcadamente moderada, insistindo no reforço da organização sindical e posicionando-se contra o recurso à greve em numerosas empresas. Trata-se de uma orientação que segue a análise tradicional do PCP acerca das tarefas democráticas da revolução - traçadas desde o I Congresso Ilegal de 1943 e sintetizadas por Álvaro Cunhal em *Rumo à Vitória*<sup>4</sup>, de 1965. Mas é também uma política controversa e que cria dificuldades à afirmação do partido em numerosas empresas, como assinalam relevantes militantes do partido nas suas memórias<sup>5</sup>.

Desde o mês de Maio os novos poderes estabelecidos na sequência do 25 de Abril (Junta de Salvação Nacional, Governo Provisório) desenvolvem uma grande campanha mediática contra as greves, com o apoio do PCP e da Intersindical. A 1 de Junho esta realiza uma manifestação de rua contra o abuso desse direito laboral e, no final do mês, a ameaça de intervenção repressiva leva à suspensão da greve nos correios. Mas se poderia supor-se a redução da conflituosidade durante os meses de Verão, que nos dados estatísticos aparecem como de menor número de greves (ver anexo 1), tal não vem efectivamente a acontecer. A partir de Agosto desenrolam-se conflitos de empresa que colocam em apuros toda a linha de contenção esboçada pelo PCP. No final de Agosto inicia-se a greve do *Jornal do Comércio* (que se estende durante todo o mês de Setembro), onde os trabalhadores exigem o saneamento do diretor do rotativo e editam um jornal da greve nas próprias oficinas, o que leva à ocupação da empresa por forças militares e a uma greve geral da imprensa diária de solidariedade, rejeitada pelo PCP. Na mesma altura na TAP desenrola-se um conflito laboral intenso com a greve do pessoal operário da Divisão de Manutenção e Engenharia da companhia, que leva à intervenção militar na empresa (com base em legislação de 1943) e às muitas dezenas de despedimentos, num processo de luta que vem do tempo da ditadura (com os acontecimentos de Julho de 1973 como pano de fundo) e numa empresa que jogara nos últimos anos um papel de vanguarda do movimento sindical: o sindicato dos metalúrgicos de Lisboa (STIMMDL) fora presidido por dois trabalhadores da DME-TAP desde a sua conquista pela oposição democrática em 1970.

---

<sup>4</sup> CUNHAL, Álvaro *Rumo à vitória*. Porto: A Opinião, 1974 (1965)

<sup>5</sup> Ver Américo Nunes (2010) *Sindicalismo na Revolução de Abril*, Lisboa: Edições Avante! e Carlos Brito (2010) *Álvaro Cunhal, sete fôlegos do combatente*, Lisboa: Nelson de Matos.



No plano político o apoio dado pelo PCP às medidas repressivas e a crítica feita a estes coletivos de trabalhadores é fortemente criticado por outras organizações de esquerda e pelos próprios coletivos em luta. Um posicionamento semelhante do partido nos estaleiros da Lisnave leva a uma censura do PCP por parte da assembleia dos trabalhadores daquela empresa fulcral. A Lisnave fizera greve em Maio de 1974 conquistando os trabalhadores grandes melhorias económicas, mas continuava em aberto a questão das responsabilidades de quadros da empresa na repressão de uma greve em 1969. A CT continua a insistir na questão do saneamento de vários engenheiros e organiza uma manifestação a 12-9-1974, que é criticada pelo PCP mas referendada novamente em plenário, apesar da sua ilegalização pelas autoridades. A sua realização possui um significado histórico inegável por dois motivos. Em primeiro lugar porque é realizada contra uma tentativa de a reprimir, dando à posteridade uma imagem chave de fusão entre trabalhadores e forças armadas que se repetirá nos meses seguintes. Em segundo porque com a sua realização os trabalhadores adotam uma posição abertamente crítica com o PCP e a sua linha de unidade democrática e nacional, assumindo posicionamentos políticos de classe inspirados por outras correntes ideológicas do movimento operário, do qual reproduzimos um longo extrato. Lemos no manifesto dos trabalhadores:

- (...) A NOSSA LUTA PELO SANEAMENTO NÃO É UMA LUTA SECUNDÁRIA, é uma luta principal, porque a englobamos num combate permanente e sempre vivo contra todas as tentativas e manifestações do FASCISMO, que renasce constantemente da podridão do CAPITALISMO MONOPOLISTA.- Que onde há iniciativa e luta organizada das classes oprimidas a reacção recua. Onde há diminuição de vigilância por parte do povo as forças contra-revolucionárias avançam tentando esmagar as liberdades já conquistadas.- Que estamos com todas as leis e medidas do Governo Provisório que forem ao encontro do alargamento das liberdades dos trabalhadores e dos povos que o colonialismo português explora e oprime.- Que não estamos com o Governo quando promulga leis anti-operárias, restritivas à luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista.- Que lutaremos activamente contra a “lei da greve” porque é um golpe profundo nas liberdades dos trabalhadores. (...) - Que estaremos com as Forças Armadas sempre que estas estejam com as classes oprimidas e exploradas contra as classes opressoras e exploradores. OPERÁRIOS DA LISNAVE SANEIAM FASCISTAS. MORTE À PIDE – MORTE AO FASCISMO. DIREITO A GREVE, SIM! LOCK-OUT NÃO! AOS CAMARADAS EM GREVE, APOIO! DEMOCRACIA AOS OPERÁRIOS – REPRESSÃO AOS REACCIONÁRIOS VIVA A CLASSE OPERÁRIA<sup>6</sup>

<sup>6</sup> “Dos operários da Lisnave à população”, Trabalhadores da Lisnave, 11-9-1974, in A. V. (1977) *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, E. Afrontamento, 2º vol., p. 110.

### 3. A Interempresas.

É neste contexto, e numa realidade de conflitos laborais que começa a transformar-se, que se vão organizar as primeiras experiências de coordenação de CT's. Fátima Patriarca, num excelente estudo sobre a citada manifestação dos operários da Lisnave<sup>7</sup>, refere que nessa altura existe uma proposta de juntar os trabalhadores da TAP numa manifestação ampla contra a Lei de Greve muito limitativa que o governo publica na altura, e que é criticada pelos trabalhadores da Lisnave. Na mesma altura o conflito da empresa têxtil Sogantal radicaliza-se com a tentativa de reocupação da empresa por parte do patrão. A Sogantal fora abandonada pela entidade patronal em Maio, sendo autogerida pelas suas trabalhadoras que recebem inúmeras mostras de solidariedade. O conflito torna-se um caso nacional<sup>8</sup> e são conhecidas iniciativas de apoio de outras CT's. A partir destas iniciativas configura-se uma coordenadora que adota o nome de Interempresas.

É do apelo, em Janeiro de 1975, de um plenário de trabalhadores da Efacec-Inel (uma importante empresa metalúrgica de Lisboa) que vai surgir a convocatória de manifestação contra o desemprego que reúne dezenas de CT's. A Efacec conhece uma longa greve em Julho de 1974, com a ocupação da empresa e a edição de um jornal de greve diário. É o primeiro movimento na Efacec (e outros se seguirão), cuja CT (chamada Comissão de Direitos e Defesa dos Trabalhadores) vai jogar um papel chave na conjunção de CT's e militantes mais radicais de outras empresas ajudada pela própria atividade, que realiza trabalhos de montagem e manutenção em outras empresas. Uma outra estrutura que fornece um apoio material imprescindível é a Comissão Pró-Sindicato dos CTT (correios) que estivera à frente da luta de Junho. Finalmente a manifestação é marcada para 7 de Fevereiro, unindo ao protesto contra o desemprego a rejeição das manobras da NATO a decorrer em Portugal nessa altura.

Apesar de ter recebido duras críticas da Intersindical e do PCP (o número dois do partido, Octávio Pato, chega a compará-la à manifestação spinolista de 28 de Setembro do ano anterior), e de ter sido proibida pelo Governo Civil de Lisboa, a manifestação

---

<sup>7</sup> Fátima Patriarca, "Operários portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974" in *Análise Social*, vol. XIV (56), 1978-4°.

<sup>8</sup> Sobre a Sogantal existe um excelente texto de M<sup>a</sup>. Antónia Palla com o título "O caso Sogantal", recolhido no livro *Só acontece aos outros* (Palla, M. A. (1977) *Só acontece aos outros*, Amadora: Bertrand.). Assinalamos também dois documentários filmicos: o coevo *O caso Sogantal* (Cinequipa, 1975) e o mais recente de Nadejda Guilhou *Nous ouvrières de la Sogantal* (2009).

realiza-se sem nenhum incidente violento e reúne dezenas de milhares de trabalhadores que recebem a solidariedade dos soldados do Regimento de Artilharia Ligeira nº 1 no ponto de chegada da manifestação, no edifício do Ministério do Trabalho. Poucas semanas depois decorre uma iniciativa semelhante na cidade do Porto, com milhares de manifestantes. Porém esta iniciativa protagonizada por CT's influenciadas por diversos grupos da esquerda revolucionária como a UDP, o MES e o PRP-BR não vai ter continuidade. Depois do 7 de Fevereiro não existirão novas iniciativas desse género, predominando iniciativas partidárias que não terão o mesmo grau de sucesso.

#### **4. 1975: *O ano da brasa***

Entretanto a dinâmica do processo revolucionário acelerara-se com a derrota das tentativas bonapartistas do presidente Spínola. Em Julho de 1974 a proposta de umas eleições presidenciais imediatas é recusada pelos capitães esquerdistas do Movimento das Forças Armadas e em Setembro a convocação e subsequente proibição de uma manifestação de apoio ao Presidente leva ao choque definitivo entre os jovens oficiais e o general, que apresenta a sua renúncia. Nos meses seguintes é discutida uma lei sindical que marca o fim do entendimento entre o Partido Socialista e o PCP. A aprovação da Lei Sindical em Janeiro de 1975 é uma vitória política do PCP que, dominando na Intersindical e na grande Maioria dos sindicatos, vê reconhecido o princípio de unicidade sindical pela lei.

Ao mesmo tempo a realidade dentro das empresas transforma-se. As dificuldades económicas e as crises políticas da revolução dificultam o clima de negócios, tornando-se o desemprego - como a manifestação da Interempresas mostra - um problema acutilante para muitas dezenas de milhares de trabalhadores. Face a esta ameaça de desemprego, muitas vezes exemplificada na fuga dos patrões, o recurso à ocupação das instalações das empresas para continuar a laborar é cada vez mais frequente. É necessário, na nossa opinião, distinguir estes casos do recurso, frequente na altura, à ocupação das instalações de trabalho com laboração como forma de luta radical contra a organização patronal da empresa, como acontece na luta da Socel (Celulose, Setúbal) já no verão de 1974, e na Siderurgia Nacional em Dezembro do mesmo ano.

Sobre as situações de autogestão, podemos referir como exemplo o caso já referido da Sogantal já em Junho de 1974, agora multiplicado. Segundo uma contagem

feita pela Confederação da Indústria Portuguesa<sup>9</sup> ter-se-iam registado 24 ocupações de empresas no último trimestre de 1974, e 83, 55 e 14 no 1º, 2º e 3º trimestres de 1975, respetivamente. São números que merecem ser analisados com alguma precaução a julgar pela própria fonte, mas falam-nos de uma realidade bem presente nesse período. A 25 de Novembro de 1974 é publicado o DL 660/74 que permite a intervenção do estado em empresas privadas, demitindo administrações e nomeando gestores. A norma é aplicada inicialmente em grandes empresas privadas com dificuldades financeiras como a Torralta e a Grão-Pará, mas rapidamente torna-se o expediente para muitas empresas cujos trabalhadores se vêm ameaçados pelo encerramento. As empresas intervencionadas (ao abrigo do DL 660/74 e outros posteriores) durante 1975 e 1976 são mais de 350, afetando cerca de 200.000 trabalhadores e abrangendo toda uma série de empresas de grande dimensão da indústria, comércio e construção civil. Um outro dado estatístico relevante para aferir da dimensão deste fenómeno é a explosão do setor cooperativo na indústria e nos serviços, que passa de 18 para 830 cooperativas entre 1974 e 1978<sup>10</sup>. Muitas dessas cooperativas terão nascido de experiências de empresas intervencionadas não devolvidas aos proprietários.

É necessário esclarecer a diferença entre estes processos de intervenção do Estado com as nacionalizações que se verificam em 1975, na conjuntura política do golpe falhado de 11 de Março de 1975. O fracasso da tentativa de retorno ao poder de Spínola despoleta uma situação de controle dos bancos pelos seus trabalhadores que leva à nacionalização desse setor a 13-3-1975<sup>11</sup>, seguindo-se outros setores produtivos (seguros, transportes, cimentos, celulose, siderurgia, cervejas) nas semanas seguintes. A Reforma Agrária conhece um impulso considerável, sendo publicadas leis (406-A e 407-A/75) que estabelecem a expropriação das grandes propriedades, numa altura em que já se tinham verificado as primeiras ocupações de terras. Não dispondo de condições para referir a história da reforma agrária na revolução portuguesa, devemos sim salientar o facto de na sua origem estar a organização e a luta sindical dos trabalhadores assalariados no campo, num processo paralelo ao dos trabalhadores urbanos, assim como o tema da sua defesa ao longo dos anos subsequentes, até meados

---

<sup>9</sup> *Boletim da CIP*, 1974-1976.

<sup>10</sup> “Ordem de trabalhos (indicativa) para os encontros regionais”, Centro “O Trabalho”, julho de 1979. Arq. APSR, Doc. Centro “O Trabalho”, vol. 1.

<sup>11</sup> Sobre a nacionalização da banca consultar o artigo de Ricardo Noronha neste dossier, bem como Noronha (2011)

da década de 80, ter sido uma reivindicação basilar do movimento sindical português. È nesse mesmo período que se realizam as primeiras eleições livres, que dão uma expressiva vitória ao PS (38% dos votos) e colocam ao PCP em terceiro lugar com apenas 12.5%. As eleições, que contam com uma elevadíssima participação (mais de 90% dos eleitores), supõem o nascimento de uma legitimidade democrática que se irá opor à dinâmica revolucionária em um prolongado confronto que só se encerra a 25 de Novembro de 1975.

Neste quadro de radicalização do processo revolucionário e viragem à esquerda do MFA, com a questão sindical resolvida e dezenas de ocupações de empresas a direção do PCP começa uma correção de grande fôlego em relação à questão das CT's, em que a intervenção do próprio secretário-geral terá tido um importante papel. E efetivamente assistimos durante o ano 1975 à formação de CT's em empresas onde estas tinham sido extintas previamente por iniciativa de militantes comunistas, como por exemplo nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, e a iniciativas de coordenação de trabalhadores por empresa. Nesse período assiste-se a uma importante crise na CT da Lisnave, que era dominada desde 1974 por militantes da extrema-esquerda. Em Março e Abril de 1975, numa sucessão de plenários, são demitidas algumas das subcomissões mais radicais (como a de Redução do Leque Salarial) e alterada a sua estrutura: uma comissão de 9 elementos substitui a reunião de cerca de 200 delegados de setor, que no entanto continuam a ter um papel como voz dos diferentes setores. O significado político do processo é a recuperação de espaço por parte do PCP.

Privada do seu apoio na Lisnave, a Interempresas não consegue dar continuidade ao sucesso da manifestação de 7 de Fevereiro. Nos meses seguintes sucedem-se várias iniciativas que vão estar muito marcadas pelos programas políticos dos partidos que as promovem. São os chamados Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros, promovidos por militantes do PRP-BR, que realiza dois congressos em Abril e Julho de 1975, e a Inter-Comissões de Trabalhadores que junta as CT's influenciadas pelos maoistas do MRPP, como as da Tinturaria Cambournac, Timex e TLP (Telefones). A Inter-Comissões está ativa ao longo do ano, e em Outubro de 1975 é realizado por sua iniciativa um Congresso Nacional das CT's na cidade da Covilhã. A atividade da Interempresas parece marcada pela evolução da União Democrática Popular, que se vai tornando o Maior partido à esquerda do PCP, revela-se-nos mais difícil de avaliar e inexplicavelmente apagada.

A divisão e a falta de iniciativa política da Interempresas facilita o caminho para que o PCP desenvolva uma coordenadora de CT's da região de Lisboa, que se vai tornar quase imediatamente o referente essencial ao nível das empresas. O Secretariado Provisório das CT's da Cintura Industrial de Lisboa (que fica conhecido como CIL) reúne desde o seu início mais de uma centena de CT's, e conta com o suporte de uma parte da extrema-esquerda que em Agosto de 1975 conflui com o PCP na Frente de Unidade Popular. Aparece publicamente pela primeira vez no início de Julho de 1975 organizando uma manifestação em Lisboa e está presente na vaga de manifestações de massas acontecidas na capital portuguesa nos momentos quentes de Agosto, com a publicação dos vários documentos militares sobre o futuro da revolução e a formação do V Governo Provisório de Vasco Gonçalves. Nesse mesmo mês a CIL secunda a paralisação geral contra os assaltos a sedes de sindicatos e partidos de esquerda no Centro e Norte do país. Também encontramos a CIL em Setembro, organizando ela própria uma manifestação em Lisboa e apoiando a manifestação dos Soldados Unidos Vencerão, a 18 e 25 desse mês respetivamente. Nestes meses quentes do PREC, em que tudo parece estar ao alcance das mãos, sucedem-se iniciativas múltiplas que nos dão mostras do elevado grau de politização da classe trabalhadora. Assim, em Maio de 1975, num encontro mundial de estruturas representativas dos trabalhadores da IBM, os trabalhadores portugueses dessa multinacional declaram pretender “colocar a atividade da nossa empresa ao serviço da nossa revolução”, e “subordinar a atividade da empresa aos interesses dos nossos povos”, num texto em que se critica a divisão do trabalho manual e intelectual e a vulgarização deste último com a introdução da tecnologia<sup>12</sup>. Nesses meses centrais da revolução, no campo sindical reúne-se o congresso da Intersindical, em Julho, onde discursa o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, e que constitui uma manifestação de apoio aos militares esquerdistas, esboçando-se uma linha sindical ligada aos posicionamentos moderados dos meses anteriores, apelando agora ao esforço da classe trabalhadora no apoio à situação política e à “construção do socialismo”. Durante o outono ainda mais quente assiste-se, porém, à derrota dessa linha (defendida por “listas unitárias” com hegemonia do PCP) em sucessivas eleições em sindicatos de serviços (banca, seguros, escritórios), onde passam a predominar direções sindicais PS-MRPP. São os primeiros sinais de acontecimentos posteriores,

---

<sup>12</sup> “Encontro Mundial de estruturas representativas dos trabalhadores da IBM”. ANTT, Fundo Conselho da Revolução, GES-SVES, Caixa 119, Dos. 80.

que não vamos aqui analisar: o processo de divisão do movimento sindical culminando em 1979 com a criação da UGT.

## 5. Os caminhos do 25 de Novembro.

As semanas que antecedem o golpe militar de 25 de Novembro de 1975 ficam na memória como momentos de agudização da crise política e da conflituosidade laboral. Com efeito assiste-se a greves nacionais dos metalúrgicos (Outubro) e dos trabalhadores da construção civil (Novembro). As duas greves têm enorme adesão e culminam com manifestações maciças na capital. Os metalúrgicos marcham a 7 de Outubro até o ministério de trabalho, e exercendo forte pressão conseguem importantes melhorias nas suas condições de trabalho. A greve da construção civil culmina com uma das mais simbólicas ações de massas: a concentração frente ao parlamento em São Bento e a retenção dos deputados da Constituinte durante cerca de 36 horas. Ambos movimentos levam a marca do momento cimeiro do processo revolucionário, exprimindo a vontade de transformação social dos movimentos. Assim, num extraordinário documento sobre a greve da construção civil<sup>13</sup>, um velho operário diz estar a lutar “para os seus descendentes possam viver num Portugal mais justo”. A mobilização consegue impor as reivindicações operárias num momento chave do processo revolucionário, a caminho do golpe de 25 de Novembro e a via de “normalização” democrática que esse acontecimento iniciará.

Ainda em relação a estes importantes movimentos grevistas vale a pena assinalar novamente as dificuldades e limitações que os dados quantitativos disponíveis apresentam. Neste sentido ambas as greves gerais e de âmbito nacional (abrangendo centenas de milhares de trabalhadores e largas centenas de empresas) contam tanto como uma paralisação numa pequena ou média empresa. E também não poderíamos deixar de referir outros dois conflitos que têm um papel de grande destaque no processo revolucionário e movimentam largas massas de trabalhadores. Referimo-nos à ocupação do jornal *República* e da emissora católica Radio Renascença. O *República* é ocupado pelos trabalhadores em final de Junho, críticos com a linha pró-PS do jornal e saneiam o seu diretor Raul Rego, o que leva à saída do PS e do Partido Popular Democrático do IV Governo em Julho. O conflito laboral da Rádio Renascença culmina com a ocupação da

---

<sup>13</sup> *Greve na construção civil* (Cinequanon, 1975).

estação no mês de Julho, criando uma situação muito complicada entre as autoridades e a hierarquia da Igreja, que se vê privada de um meio de comunicação de referência. Com efeito, a RR “ocupada pelos trabalhadores” coloca-se “ao serviço da classe operária dos camponeses e do povo trabalhador”, tal como os seus boletins noticiosos passam a ser abertos. A crise será encerrada em Novembro com o rebentamento das antenas emisoras por ordem das autoridades, após outras tentativas de acabar com a ocupação, num processo de luta que é marcado por várias manifestações de massas. O do *República* e da RR são processos de luta que criam contrapoderes mediáticos, proporcionando uma referência política e fontes de informação própria aos movimentos revolucionários. Pode ser difícil para nós, na era da internet, compreender o autêntico valor de pôr ao serviço da mudança social uma estação radiofónica de referência nos anos 70.

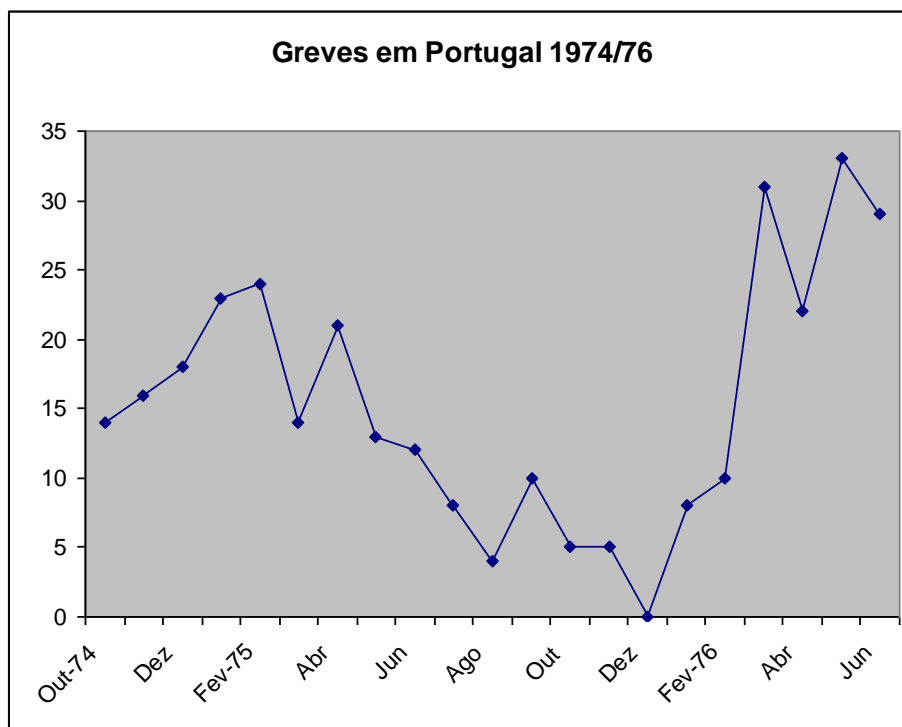
Nos acontecimentos prévios ao 25 de Novembro a CIL marca presença na convocatória da grande manifestação de 16 de Novembro no Terreiro do Paço e na paralisação geral na região de Lisboa de 24, que culmina com uma manifestação frente à Presidência da República. No dia 25 de Novembro, numa malha de acontecimentos ainda por desemaranhar, uma ação militar dos setores mais à direita das forças armadas toma conta da situação político-militar ocupando os regimentos vermelhos da capital (RALIS, Polícia Militar, EPAM e outros). O movimento aproveita a falta de comando da esquerda e da situação criada com a insubordinação dos paraquedistas (que tinham ocupado várias bases da Força Aérea), respondendo a um plano bem estruturado e a uma base de apoio alargada. O papel jogado pelo PCP é objeto de controvérsia, estando muita da sua base militante do lado dos militares revolucionários. As mobilizações dos dias prévios ao golpe e a posição assumida por vários sindicatos e CT's, e militantes a título individual permitem afirmar a existência de uma pulsão nesse sentido, que a direção do partido terá conseguido conter. Os acontecimentos de 25-11-1975 marcam uma alteração da correlação de forças na política e na sociedade portuguesas que é percebida pelos atores rapidamente. O tempo das ilusões terminara.

Uns dias antes do 25 de Novembro, a 8 desse mês, a CIL realizara um encontro de CT's nas instalações da SN no Seixal, em que participam cerca de 300 CT's. São discutidas questões como o controle operário, o desemprego, política reivindicativa, nacionalizações, reforma agrária, e organização e coordenação das CT's. Nesse ponto, o encontro manifesta que “a estrutura sindical é a organização fundamental dos



trabalhadores”, salientando a necessidade de se coordenar com ela e evitar que surja uma estrutura paralela à sindical<sup>14</sup>. Encontramos aqui enunciada pela primeira vez uma característica essencial do movimento operário na democracia: o funcionamento paralelo de uma estrutura sindical (Intersindical, CGTP-IN) e uma estrutura das CT's (CIL, CI de Setúbal, do Porto), com a parte sindical em clara hegemonia. A fórmula Intersindical-CIL inaugura-se a 17 de Janeiro de 1976 numa enorme manifestação no Estádio 1º de Maio em Lisboa contra o aumento do custo de vida, num quadro de mudança qualitativa na correlação de forças. Na véspera, uma convocatória semelhante feita pelo secretariado dos Órgãos da Vontade Popular (ligado à esquerda revolucionária) mobilizara alguns milhares. No dia 1 a Guarda Nacional Republicana fizera quatro mortos e dezenas de feridos na repressão sobre manifestações de apoio aos militares detidos no 25 de Novembro. Assim, desde o início de 1976, esboça-se um quadro em que os trabalhadores portugueses vão lutar massivamente em defesa das conquistas obtidas na revolução, sofrendo a repressão do Estado (por vezes violenta, e mesmo sangrenta) e sob a hegemonia política do PCP.

## Anexo1



Fuente: *Boletim*, CIP, 1974-76.

<sup>14</sup> CIL, Secretariado provisório das CT's da Cintura Industrial de Lisboa, *1º grande encontro das CT's da CIL- SN, Paio Pires, 8-11-1975*, Lisboa, s. d.

## **Bibliografia:**

ÁVILA, F., FERREIRA, C., LORY, B., ORSONI, C., REEVE, Ch. (1975) *Portugal: l'autre combat – classes et conflits dans la société*. Paris: Spartacus.

BENSAID, Daniel, ROSSI, Carlos, UDRY, Charles-André (1975) *Portugal: la révolution en marche*, Paris, Ed. C. Bourgois.

BRANDÃO DE BRITO, José M<sup>a</sup>. (1999), *Do marcelismo ao fim do império*, Lisboa, Ed. Notícias.

Idem (2002) *O país em revolução*, Lisboa, Ed. Notícias.

BRITO, Carlos (2010), *Álvaro Cunhal, sete fôlegos do combatente*, Lisboa: Nelson de Matos.

CASIMIRO, José, SANTOS, Carlos (1997) *Movimento operário: a década de 70* Lisboa: Biblioteca-Museu Republica e Resistência.

CIL, Secretariado provisório das CT's da (s. d., 1975), *1º grande encontro das CT's da CIL- SN, Paio Pires, 8-11-1975*, Lisboa.

CONFERÊNCIA NACIONAL UNITÁRIA DE TRABALHADORES (1975), *CONCLUSSÕES*, Lisboa, Comissão Nacional de Trabalhadores para a Defesa das Empresas.

CUNHAL, Álvaro (1974 (1975)) *Rumo à vitória*. Porto: A Opinião,

(1976) *A revolução portuguesa – O passado e o futuro*, Lisboa, E. Avante.

(1996) *Duas intervenções numa reunião de quadros*, Lisboa, E. Avante.

(1999) *A verdade e a mentira na Revolução de Abril (a contra-revolução confessa-se)*, Lisboa, Ed. Avante.

DURÁN MUÑOZ, Rafael (2000) *Contención y transgresión: las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*, Madrid, CECP,

FERNANDES, Filipe S., e SANTOS, Hermínio (2005) *Excomungados de Abril*, Lisboa, E. D. Quixote.

FILOCHE, Gérard (1984) *Printemps portugais*, Paris, Ed. Actéon,.

FREMONTIER, Jacques (1976) *Portugal: os pontos nos ii*. Lisboa: Moraes.

GOMES, Adelino, e CASTANHEIRA, José Pedro (2006) *Os dias loucos do PREC*, Lisboa, Expresso-Público.

*Greves e o 25 de Abril*. Lisboa: Base, s.d.

HAMMOND, John L. (1988) *Building popular power – workers and neighbourhood movements in the Portuguese revolution*, N. York, Monthly review Press.

LOUÇÃ, F. (1985) *Ensaio para uma revolução*. Lisboa: Cadernos Marxistas.

MAILER, Phil (1978) *Portugal: uma revolução impossível?* Porto: Afrontamento.

*Maió 74 dia-a-dia*, Lisboa, Abril em Maio e E. Teorema, 2001

MANDEL, Ernest(1970) *Contrôle ouvrier, conseils ouvriers, autogestion*, Paris, Maspero.

MARTINS, M<sup>a</sup> Belmira (1973) *Sociedades e grupos em Portugal*, Lisboa, E. Estampa.

MARTINS, M. B. e ROSA (1979) J Chaves, *O grupo estado*, Lisboa, Expresso.

MONTEIRO, Manuel (1982) *Perder a esperança, porquê?* Coimbra, E. Centelha.

MORAIS, João, e VIOLANTE, Luís (1986) *Contribuição para uma cronologia dos factos económicos e sociais – Portugal 1926-1975*, Lisboa, E. Livros Horizonte.

NEVES, Orlando (org.) (1975-76) *Textos históricos da revolução*, 3 vols., Lisboa, E. DiAbril.

\_\_\_\_\_ (dir.) (1978) *Diário de uma revolução (25 de Abril a 30 de Setembro de 1974)*, Lisboa, Ed. Mil Dias.

NORONHA, Ricardo (2011) *A nacionalização da banca no contexto do processo revolucionário português (1974-75)* Tese de Doutoramento em História Económica e Social Contemporânea, FCSH-UNL

NUNES, Américo (2010) *Sindicalismo na Revolução de Abril*, Lisboa: Edições Avante!

PALACIOS CEREZALES, Diego (2003) *O poder caiu na rua: crise de estado e acções colectivas na Revolução Portuguesa (1974-75)*, Lisboa, ICS.

PATRIARCA, Fátima (1976) “Controle operário” in *Análise Social*, n.º. 47-48, Lisboa.

\_\_\_\_\_ (1977) “Práticas de acção operária e formas organizativas na Lisnave” in *Análise Social*, vol. XIII (51), 1977, 3<sup>a</sup>.

\_\_\_\_\_ (1978) “Operários portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974”, *Análise Social*, vol. XIV (56), 1978-4<sup>o</sup>.

\_\_\_\_\_ (2004) “Estado social: a caixa de Pândora” in ROSAS, F. e OLIVEIRA, P. A. (2004), *A transição falhada – o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp.171-212

PEREIRA, João Martins (1976) *O socialismo, a transição e o caso português*, Amadora, E. Bertrand.

\_\_\_\_\_ *Portugal: um guia para o processo*, Lisboa, Ed. SLEMES, 1976.

REIS, Daniel, e NEVES, Fernando Palouro (1979) *A guerra da mina e os mineiros da Panasqueira*, Lisboa, E. A Regra do Jogo.

RIBEIRO, Nelson (2002) *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*, Lisboa, Universidade Católica.

ROBINSON, Peter (1999) *Portugal 1974-75: the forgotten dream*, Londres: Socialist History Society.

RODRIGUES, Francisco Martins, (coord.) (1994) *O futuro era agora: o movimento popular do 25 de Abril*. Lisboa, E. Dinossauro, 1994.

(1999) *Abril traído*, Lisboa, E. Dinossauro.

ROSA, Eugénio (1976) *Portugal: dois anos de revolução na economia* Lisboa: DiAbril.

ROSA, Teresa (1984) *Sistemas de trabalho, consciência e acção operárias na Setenave* (Tese de Licenciatura), Lisboa, ISCTE.

ROSAS, F. (coord.) (1999), *Portugal e a transição para a democracia*, Lisboa, E. Colibri.

ROSAS, F. e LOUÇÃ, F. (org.) (2004) *Ensaio geral – passado e futuro do 25 de Abril*, Lisboa, E. Dom Quixote.

SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep (1993) *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*, Lisboa, E. Assírio & Alvim.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1990) *O estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Afrontamento.

SANTOS, B. S. e outros (1997) *O pulsar da revolução: cronologia da revolução de 25 de Abril (1973-1976)* Porto: Afrontamento.

SANTOS, M.<sup>a</sup> de Lourdes Lima; LIMA, Marinús Pires de; FERREIRA, Vítor Matias (1977) *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*. Porto: Afrontamento.

SILVA LOPES, João (1996) *A economia portuguesa desde 1960*. Lisboa, Gradiva.

\_\_\_\_\_ *Sindicalismo em Portugal: perspectivas futuras – pacto social*, Lisboa, E. Assírio e Alvim, 1977.

Sindicato dos Ourives (1976) *O caso Timex*, SIORCS.

VALENTE, José Carlos “A explosão social. Abril a Setembro de 1974” in *História*, nº. 1, II série, Setembro de 1994.

VARELA, Raquel. *A história do PCP na revolução dos cravos*, Lisboa: Bertrand, 2011.

Recebido em dezembro de 2012/ aprovado em maio de 2013